



1645975

08016.009422/2015-78



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

SCN Quadra 03 Bloco B Lote 120, Edifício Victória, 2º Andar, Sala 201 - Bairro Setor Comercial Norte, Brasília/DF, CEP 70713-020
Telefone: (61) 2025-3987 e Fax: - www.justica.gov.br

Convênio Nº 822743/2015/GAB DEPEN/DEPEN

Processo Nº 08016.009422/2015-78

CONVÊNIO que entre si celebram a União por intermédio do Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional, e o Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, visando à execução do Projeto Ampliação da Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes.

A UNIÃO por intermédio do **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**, por meio do **DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL - DEPEN**, CNPJ n.º 00.394.494/0008-02, situado na Esplanada dos Ministérios, bloco T, nesta Capital, doravante denominado **CONCEDENTE**, representado neste ato pelo seu **DIRETOR-GERAL**, Senhor **RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO**, portador da Carteira de Identidade n.º 20027663, expedida pela SSP/SP, e do CPF n.º 164.221.648-82, com competência estabelecida no inciso X do art. 51 do Regimento Interno do DEPEN, aprovado pela Portaria Ministerial n.º 674, de 20 de março de 2008, e o **DISTRITO FEDERAL**, por intermédio da **SECRETARIA DE JUSTIÇA E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL**, CNPJ sob o n.º **08.685.528/0001-53**, doravante denominado **CONVENENTE** neste ato representada pelo **SECRETÁRIO ADJUNTO**, o Senhor **JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA**, domiciliado à St SAIN Estação Setor Rodoviário Ala Central, Andar Térreo, Asa Norte, Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade n.º 2.386.243, expedida pela SSP/MA, e do CPF n.º 059.923.112-20, nomeado para o cargo por ato do Governador em 25/02/2015, com delegação de competência estabelecida por meio do Decreto n.º 32.598/2010, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO SICONV N.º 822743/2015**, em conformidade com o Processo n.º 08016.009422/2015-78, de acordo com as normas contidas na Constituição, na Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, na Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, na Lei n.º 13.080, de 02 de janeiro de 2015 (LDO), na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, no que couber, nos Decretos n.ºs 93.872, de 23 de dezembro de 1986, 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, na Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 507, de 24 de novembro de 2011 e suas alterações, bem como na Portaria MJ n.º 458, de 12 de abril de 2011, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **CONVÊNIO** tem por objeto a cooperação dos participes na execução do Projeto Ampliação da Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelo Departamento Penitenciário Nacional.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para o alcance do objeto pactuado, os participes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pelo **CONVENENTE** e aprovado pelo **CONCEDENTE**, o qual passa a integrar este **CONVÊNIO**, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

I – O **CONCEDENTE** obriga-se a:

- orientar e aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução do objeto deste **CONVÊNIO**;
- repassar ao **CONVENENTE** os recursos financeiros correspondentes ao objeto deste **CONVÊNIO**, obedecendo ao **Cronograma de Desembolso** constante do **Plano de Trabalho**, e observados as normas legais pertinentes e o disposto na **CLÁUSULA QUARTA**;
- registrar, no SICONV, os atos de acompanhamento da execução do objeto e fiscalização do **CONVÊNIO**, conforme o disposto no art. 67 § 1º da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 507, de 24 de novembro de 2011 e suas alterações;
- examinar e aprovar a proposta de reformulação do Plano de Trabalho, desde que não implique mudança do objeto;
- acompanhar a execução do **CONVÊNIO** por meio de um representante especialmente designado e registrado no SICONV, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias a regularização das falhas observadas, na forma do art. 67 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 507, de 24 de novembro de 2011 e parágrafo único da Portaria MJ n.º 458, de 12 de abril de 2011;
- designar no mínimo um servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização, no prazo de 5 (cinco) dias da publicação do extrato do instrumento, em ato a ser publicado no Diário Oficial da União e inserido no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, instituído pelo o art. 11, da Portaria MJ n.º 458, de 12 de abril de 2011;
- o ato de designação do servidor deverá indicar os respectivos suplentes, que assumirão as incumbências dos titulares em seus afastamentos e impedimentos legais, na forma do Parágrafo Único do art. 11, da Portaria MJ n.º 458, de 12 de abril de 2011;
- analisar e aprovar a prestação de contas final dos recursos da União e da contrapartida, aplicados na consecução do objeto deste **CONVÊNIO**, emitindo parecer sob o aspecto técnico, quanto à execução física e atendimento dos objetivos deste **CONVÊNIO**, e sob o aspecto financeiro, quanto à correta e regular aplicação dos recursos, no prazo de 01 (um) ano, a contar da data de seu recebimento;
- prorrogar “de ofício” a vigência do **CONVÊNIO**, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- enviar ao **CONVENENTE** cópia da Portaria n.º 1.156, de 20 de dezembro de 2001, que institui o Programa de Ações Afirmativas no âmbito do Ministério da Justiça;
- solicitar todos os documentos comprobatórios de despesa(s) efetuada(s) à conta dos recursos deste **CONVÊNIO** para fins de fiscalização;

12. dar ciência da assinatura deste **CONVÊNIO** à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva, no prazo de 10 (dez) dias da celebração do instrumento, e no caso de liberação de recursos o prazo será de 02 (dois) dias úteis;
13. dar ciência ao **CONVENENTE** sobre qualquer situação de irregularidade relativa à prestação de contas do uso dos recursos envolvidos que motive suspensão ou impedimento de liberação de novas parcelas, caso não haja regularização no período de até trinta dias, contados a partir do evento;
14. verificar a realização do procedimento licitatório pelo conveniente, atendo-se à documentação no que tange: à contemporaneidade do certame; aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência; ao respectivo enquadramento do objeto conveniado com o efetivamente licitado; e, ao fornecimento pelo conveniente de declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, ou registro no SICONV que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis, na forma do Art. 5º, inciso II, alínea d, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011;
15. acompanhar e atestar a execução do objeto conveniado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas.

II – O CONVENENTE obriga-se a:

1. atentar para as disposições da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011 e suas alterações;
2. usar obrigatoriamente o pregão, preferencialmente na forma eletrônica e, quando não couber, devidamente justificada na forma presencial, na contratação de bens e serviços comuns, nos termos da Lei nº. 10.520/2002, do Decreto nº. 5.450/2005 e da Portaria Interministerial MP/MF nº. 217, de 31 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 1º de agosto de 2006, observando o prazo limite estabelecido no art. 2º da citada Portaria;
3. aderir, facultativamente, atas de registro de preços gerenciadas por órgãos ou entidades federais, quando da aquisição de bens ou serviços com recursos oriundos da transferência voluntária, vinculada ao programa de governo executado, licitada sob responsabilidade ou supervisão do Ministério com fundamento no art. 2º, inciso III, do Decreto 7892/2013, para atender especificamente ao programa, e que contemple os quantitativos máximos necessários a seu atendimento, conforme Acórdão Plenário nº 1717/2012;
4. publicar obrigatoriamente o extrato do edital da licitação no Diário Oficial da União, sem prejuízo ao uso de outros veículos de publicidade usualmente utilizados pelo conveniente, conforme o estabelecido no Parágrafo Único, do artigo 35 da Portaria Interministerial nº 507/2011;
5. executar as atividades pactuadas na **CLÁUSULA PRIMEIRA**, observando os critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos previstos no Plano de Trabalho;
6. incluir em seu orçamento os recursos recebidos em transferência voluntária;
7. manter os recursos na conta bancária específica do **CONVÊNIO**, e somente utilizá-los para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro nas hipóteses previstas na Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011 e suas alterações;
8. realizar pagamentos exclusivamente por crédito em conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto quando o pagamento for devido a pessoa física que não possuir conta bancária, observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviço, e desde que uma única vez no decorrer da vigência deste Instrumento;
9. comprovar o cumprimento da contrapartida pactuada, que deverá ser depositada na conta bancária específica do instrumento em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso;
10. aplicar e gerir os recursos repassados por força deste Instrumento, **inclusive** os resultantes de sua eventual aplicação em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês e em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores, bem assim aqueles oferecidos em contrapartida, em conformidade do **Plano de Trabalho**, exclusiva e tempestivamente no cumprimento do objeto deste **CONVÊNIO**;
11. incluir regularmente no SICONV as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial nº 507/2011, mantendo-os atualizados;
12. inserir no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV a designação do responsável pela execução do objeto acordado, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação do extrato do instrumento, contendo o nome completo, cargo, endereço eletrônico, telefones, bem como outras informações que garantam a agilidade nos contatos, conforme estipulado no art. 10 e parágrafo único da Portaria MJ nº 458, de 12 de abril de 2011;
13. facilitar o acompanhamento pelo **CONCEDENTE**, permitindo-lhe, inclusive, visitas ao local da execução e fornecendo, sempre que solicitadas, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à aquisição e destinação dos equipamentos e materiais de consumo;
14. permitir o livre acesso de servidores dos órgãos do controle interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União aos processos, documentos, informações referentes a este **CONVÊNIO** e aos seus locais de execução;
15. inserir cláusula nos contratos celebrados para a execução deste **CONVÊNIO** que permita o livre acesso dos servidores do **CONCEDENTE**, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, referentes ao objeto contratado;
16. enviar ao **CONCEDENTE** documentação relativa aos procedimentos licitatório e contratual, inclusive informar previamente acerca dos aditivos contratuais, quando houver necessidade, conforme disposto na Lei nº. 8.666/93;
17. prestar contas final dos recursos recebidos, inclusive dos recursos da Contrapartida e das aplicações na forma e no prazo estabelecidos neste instrumento;
18. zelar pela conservação e manutenção dos bens adquiridos com recursos deste **CONVÊNIO**, se houver;
19. assegurar a qualidade técnica das atividades desenvolvidas no âmbito deste **CONVÊNIO**;
20. acompanhar e fiscalizar a execução do **CONVÊNIO**, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, respondendo inclusive pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento;
21. recolher à conta do **CONCEDENTE** devidamente atualizado o percentual da contrapartida pactuada e não aplicada na consecução do objeto do **CONVÊNIO**, observando-se a proporcionalidade;
22. abster-se de utilizar, nos empreendimentos resultantes deste **CONVÊNIO**, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de rescisão do instrumento conveniado e o resarcimento dos recursos aplicados, acrescidos dos encargos legais;
23. responsabilizar-se por **todos** os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto do **CONVÊNIO**, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o **CONVÊNIO**;

24. garantir os direitos especialmente no que concerne à abolição de toda prática de tortura, o respeito e a promoção dos direitos da mulher e à abolição de toda forma de discriminação por razões de deficiência física, etnia, religião e orientação sexual, respeitando as orientações e diretrizes da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Políticas para a Mulher e da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial;
25. observar as normas contidas na Portaria Normativa n.º 05, de 19 dezembro de 2002, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, publicada no DOU de 9 de janeiro de 2003;
26. dar publicidade do Instrumento celebrado e dos recursos repassados pelo **CONCEDENTE**;
27. manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste **CONVÊNIO**, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
28. restituir o eventual saldo de recursos ao **CONCEDENTE**, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras em caderneta de poupança e em aplicações e em fundo de aplicação de curto prazo, na forma proposta no art. 54, § 1º da Portaria Interministerial n.º 507/2011, no prazo de 30 (trinta) dias da conclusão, extinção, denúncia ou rescisão do presente **CONVÊNIO**;
29. aderir ao Programa de Ações Afirmativas instituído pela Portaria Ministerial MJ n.º 1.156, de 20 de dezembro de 2001, e pelo Decreto n.º 4.228, de 13 de maio de 2002, comprometendo-se a enviar todos os esforços necessários à consecução dos objetivos propostos no Programa Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça;
30. cumprir o que determina a Resolução n.º 01 do CNPCP, de 29 de abril de 2008;
31. incluir regularmente no SICONV as informações e documentos exigidos pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 507/2011, bem como realizar os atos e procedimentos relativos à execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca da tomada de contas especial, conforme o disposto no art. 6º, inciso XVI, e art. 43, inciso X da referida portaria;
32. absorver, no Sistema Penitenciário do **CONVENENTE**, quando solicitados presos custodiados à disposição da Justiça Federal, bem como aqueles em cumprimento de penas por ela impostas, na forma prevista no art. 85, da Lei n.º 5.010, de 30/5/66; e
33. absorver, no Sistema Penitenciário do **CONVENENTE**, quando solicitado, condenados de outras unidades da Federação na medida em que se justifique o interesse da Segurança Pública;
34. dar ciência da celebração ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver, na forma disposta no art. 36 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 507, de 24 de novembro de 2011 e suas alterações; e
35. disponibilizar, conforme art. 53 e seu parágrafo único, por meio da Internet ou, na sua falta, em sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do **CONVÊNIO** ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação de recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado. Essa exigência pode ser suprida com a inserção de link na página oficial do órgão ou entidade **CONVENENTE** que possibilite acesso direto ao Portal de Convênios; e
36. fornecer ou atualizar os dados no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP, em cumprimento ao art. 3º, § 4º da Lei Complementar n.º 79, de 7 de janeiro de 1994;
37. realizar processo seletivo de chamamento público ou concurso de projetos, nos termos do artigo 63 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 507/2011, caso seja necessário firmar parceria com Entidades Privadas sem Fins Lucrativos para a realização do objeto do convênio;
38. observar as disposições contidas na Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos e demais normas federais pertinentes ao assunto, quando da contratação de terceiros, nos termos do art. 62 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 507/2011;
39. apresentar documentação contendo conteúdo programático, *curriculum vitae* dos instrutores e lista de presença dos participantes, quando for o caso;
40. prever no edital de licitação e no contrato de execução ou fornecimento – CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado;
41. instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio de malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato ao concedente;
42. abster-se de estabelecer contrato ou convênio com entidades impedidas de receber recursos federais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

Para a execução das atividades previstas neste **CONVÊNIO**, os recursos serão da ordem de **R\$ 6.468.443,04** (seis milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e quarenta e três reais e quatro centavos), sendo **R\$ 6.287.643,04** (seis milhões, duzentos e oitenta e sete mil, seiscents e quarenta e três reais e quatro centavos) a cargo do **CONCEDENTE** e **R\$ 180.800,00** (cento e oitenta mil e oitocentos reais) a título de Contrapartida financeira, correspondentes ao percentual de 2,8%, conforme a Lei n.º 13.080, de 02 de janeiro de 2015.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Para a execução das atividades previstas no presente exercício, os recursos são de ordem de **R\$ 5.056.413,61** (cinco milhões, cinquenta e seis mil quatrocentos e treze reais e sessenta e um centavos), assim discriminados:

I - CONCEDENTE:

1. **R\$ 4.875.613,61** (quatro milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, seiscents e treze reais e sessenta e um centavos) à conta do Orçamento Fiscal da União para 2015, Lei n.º 13.115, de 20 de abril de 2015, Programa de Trabalho: 14421207020UG0001, Elementos de Despesa: 333041, 443042, Fonte de Recursos n.º 0118033901 e 0180309070, Nota de Empenho n.º 2015NE800171 de 18/12/2015, 2015NE800174, de 23/12/2015, 2015NE800175, 2015NE800176, de 30/12/2015.

II - CONVENENTE:

1. **R\$ 180.800,00** (cento e oitenta mil e oitocentos reais), relativos à contrapartida financeira, correspondentes ao percentual de 2,8%, conforme a Lei n.º 13.080, de 02 de janeiro de 2015, consignados por meio da Lei Estadual n.º 5.442, de 30/12/2014. Projeto Atividade: 06.122.6217.1685.2489, Natureza da Despesa: 449052 e 339039, Fonte: 100.

III – ALOCAÇÃO DE RECURSOS:

1. Os recursos repassados pelo **CONCEDENTE** serão alocados no Orçamento do **CONVENENTE** no Projeto Atividade: 14421207020UG0001 e 06.122.6217.1685.2489, Natureza das Despesas: 333041, 443042 e 449052 e 339039. Fontes: 0118033901, 0180309070 e 100.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As despesas decorrentes da execução do presente **CONVÊNIO**, para os exercícios subsequentes serão da ordem de **R\$ 1.412.029,43 (um milhão, quatrocentos e doze mil vinte e nove reais e quarenta e três centavos)**, sendo **R\$ 861.226,41 (oitocentos e sessenta e um mil duzentos e vinte e seis reais e quarenta e um centavos)**, para o exercício de 2016 e **R\$ 550.803,02 (quinhentos e cinquenta mil, oitocentos e três reais e dois centavos)**, para o exercício de 2017, a cargo do **CONCEDENTE**, conforme consignado no Plano Plurianual, e correrão à conta de sua dotação orçamentária, sendo objeto de Termo Aditivo a indicação do Crédito e Nota de Empenho.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Na hipótese de o objeto deste **CONVÊNIO** vir a ser alcançado com a utilização parcial dos recursos financeiros postos à disposição pelo **CONCEDENTE**, considerar-se-á, para todos os efeitos, a mesma proporcionalidade de participação, tanto do **CONCEDENTE** como do **CONVENENTE**, conforme prevista no caput desta **CLÁUSULA**, devendo essa proporcionalidade de participação ser observada para efeito do cálculo de restituição ao **CONCEDENTE** do saldo não aplicado.

CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros serão liberados em 03 (três) parcelas, de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, aprovado pelo DEPEN, sendo 01(uma) parcela à conta do Orçamento de 2015, 01(uma) parcela à conta do Orçamento de 2016 e 01(uma) parcela à conta do Orçamento de 2017, por parte do **CONCEDENTE**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A liberação das parcelas do **CONVÊNIO** será suspensa até a correção das impropriedades e/ou irregularidades verificadas pelo **CONCEDENTE**, que notificará, de imediato, o **CONVENENTE**, a fim de proceder ao saneamento requerido, apresentar justificativas ou cumprir a obrigação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o **CONCEDENTE** disporá do prazo de 10 (dez) dias para apreciá-los e decidir quanto à aceitação das justificativas apresentadas, sendo que a apreciação fora do prazo previsto não implica aceitação das justificativas apresentadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso não haja a regularização da pendência no prazo previsto, o ordenador de despesas da unidade **CONCEDENTE** determinará a instauração da tomada de contas especial do responsável, procedendo ao registro de inadimplência do **CONVENENTE** no SICONV.

CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização temporária de pessoal que se tornar necessária para a execução do objeto deste **CONVÊNIO** não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista ou previdenciária para o **CONCEDENTE**.

CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos referentes ao presente **CONVÊNIO**, liberados pelo **CONCEDENTE** e pelo **CONVENENTE**, serão mantidos, exclusivamente, na **conta n.º 66923, Agência 4200-5, Banco do Brasil**, da cidade de Brasília, Distrito Federal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos deste **CONVÊNIO**, que só poderão ser utilizados de acordo com a previsão do **Plano de Trabalho**, enquanto não empregados na sua finalidade, serão aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundos de aplicação financeira de curto prazo, ou, ainda, em operação no mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto do **CONVÊNIO**, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos. E as receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida devida pelo **CONVENENTE**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

É dever do **CONCEDENTE** exercer controle e fiscalização sobre a execução, mediante a supervisão e acompanhamento das atividades inerentes ao objeto deste Instrumento, por meio do representante do **CONCEDENTE**, especialmente designado e registrado no SICONV, solicitando ao **CONVENENTE** a imediata correção de eventuais desvios detectados. Poderá ainda o **CONCEDENTE** assumir ou transferir a responsabilidade pela execução, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE

No caso de paralisação ou ocorrência de fato relevante que enseje na descontinuidade da execução do objeto, o órgão transferidor dos recursos financeiros assumirá ou transferirá a responsabilidade de sua execução.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENENTE fica obrigado, nos termos do Capítulo VI da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 507, de 24 de novembro de 2011, a apresentar a Prestação de Contas dos recursos transferidos pelo CONCEDENTE, dos recursos de Contrapartida e os de rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro, que será composta além dos documentos e informações apresentados pelo CONVENENTE no SICONV, do seguinte:

- a) relatório do cumprimento do objeto;
- b) declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- c) relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos com os recursos do CONCEDENTE, quando for o caso;
- d) relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;
- e) relação dos serviços prestados, quando for o caso;
- f) comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e
- g) termo de compromisso por meio do qual o CONVENENTE obriga-se a manter os documentos relacionados a este CONVÊNIO pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da data em que for aprovada a prestação de contas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A Prestação de Contas deverá ser apresentada ao CONCEDENTE em até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do presente CONVÊNIO ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior àquela do encerramento da vigência. Oportunidade em que o CONCEDENTE deverá registrar, no SICONV, o recebimento da prestação de contas.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Se, ao término do prazo estabelecido, o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos nos termos da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 507, de 24 de novembro de 2011, o CONCEDENTE registrará a inadimplência no SICONV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para fins de instauração de tomada de contas especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário.

PARÁGRAFO TERCEIRO

As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos em nome do CONVENENTE e devidamente identificados com referência ao título e número deste CONVÊNIO. Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da aprovação da prestação de contas ou da tomada de contas do Gestor/CONVENENTE pelo Tribunal de Contas da União – TCU, relativa ao exercício da concessão.

PARÁGRAFO QUARTO

Obriga-se o CONVENENTE a apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste CONVÊNIO, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso de violação ao disposto nesta Parágrafo, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos da alínea “c” da Cláusula Nona deste Instrumento, na hipótese da não-remessa do documento no prazo estipulado na respectiva notificação de cobrança.

PARÁGRAFO QUINTO

Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato no SICONV e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Instrumento, o CONVENENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, é obrigado a recolher à CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL:

- a) eventual saldo remanescente dos recursos financeiros repassados, informando o número e a data do CONVÊNIO;
- b) o valor total transferido atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:
 - b.1) quando não for executado o objeto da avença, salvo nos casos em que não tenha havido qualquer execução física, nem utilização dos recursos;
 - b.2) quando não for apresentada, no prazo exigido, a Prestação de Contas;
 - b.3) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste CONVÊNIO;
- c) o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais;
- d) o valor correspondente ao percentual da contrapartida pactuada, não aplicado na consecução do objeto conveniado, na forma prevista do Plano de Trabalho, atualizado monetariamente;
- e) o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha havido a aplicação.

PARÁGRAFO ÚNICO

O saldo dos recursos não utilizados no objeto do CONVÊNIO deverão ser restituídos ao Tesouro Nacional pelo Portal de Convênios Siconv, por meio da aba Devolução de Recursos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente **CONVÊNIO** será de 24 meses, contados a partir da data de sua assinatura com eficácia condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O presente convênio poderá ter seu prazo de execução prorrogado no máximo por igual período à sua vigência inicial, na forma do art. 12 da Portaria Depen nº 229, de 27/07/2015.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Findo o prazo a que se refere a cláusula supra, tem a unidade executora 60 (sessenta) dias para Prestação de Contas, na forma da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 507/2011.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

Este **CONVÊNIO** poderá ser alterado, se houver interesse dos partícipes, bem como seu prazo de vigência prorrogado por meio de Termo Aditivo e mediante proposta do **CONVENENTE**, devidamente justificada, a ser apresentada em prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, antes do término de sua vigência, desde que não haja mudança do objeto, na forma prevista pelo art. 37 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 507/2011.

PARÁGRAFO ÚNICO

Excepcionalmente, mediante justificativa, o **CONVENENTE**, conforme o caso, poderá solicitar reformulação do Plano de Trabalho, quando se tratar apenas de alteração da programação de execução, que será previamente apreciada pela área técnica e submetida à aprovação da autoridade competente do **CONCEDENTE**, vedada, porém, a mudança do objeto ainda que parcial, mesmo que não haja alteração da classificação econômica da despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens adquiridos, produzidos ou construídos com os recursos oriundos deste instrumento e remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente **CONVÊNIO** serão de propriedade do **CONVENENTE**, nos termos do Decreto n.º 99.658, de 30 de outubro de 1990, e da Portaria Interministerial MP/CGU/MF n.º 507, de 24 de novembro de 2011.

PARÁGRAFO ÚNICO

Findo o **CONVÊNIO**, observada a consecução do objeto nele proposto e verificada a necessidade de assegurar a continuidade do projeto na finalidade prevista, os bens serão incorporados ao patrimônio do **CONVENENTE**, mediante instrumento específico de doação, nos termos do artigo 15, IV do Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

Este **CONVÊNIO** poderá ser denunciado ou rescindido, a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença. A rescisão do **CONVÊNIO**, quando resultar dano ao erário, ensejará instauração de Tomada de Contas Especial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O **CONVÊNIO** poderá, rescindido nas seguintes situações:

- a) o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; e
- c) a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste **CONVÊNIO** deverá ser, obrigatoriamente, destacada a participação do **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**.

PARÁGRAFO ÚNICO

Fica vedado aos partícipes utilizar, nos empreendimentos resultantes deste **CONVÊNIO**, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1.º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de rescisão do instrumento conveniado e resarcimento dos recursos aplicados, acrescidos dos encargos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GLOSA DA DESPESA

Serão glosadas as despesas realizadas em descumprimento às cláusulas avençadas e às normas pertinentes quais sejam:

1. realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;
2. pagar, a qualquer título servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
3. alterar o objeto do **CONVÊNIO**, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado;
4. utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
5. realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;

6. efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento;
7. realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
8. transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar; e
9. realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE OCORRÊNCIAS

Todas as comunicações relativas ao presente **CONVÊNIO** serão consideradas como regularmente feitas se devidamente cadastradas no SICONV.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As comunicações dirigidas ao **CONVENENTE** deverão ser entregues no seguinte endereço: Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal –St SAIN Estação Setor Rodoviário Ala Central, Andar Térreo, Asa Norte - CEP 70631-900 - Brasília/DF.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As comunicações dirigidas ao **CONCEDENTE** deverão ser entregues no seguinte endereço: **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA** – Departamento Penitenciário Nacional, Setor Comercial Norte, Quadra 3, Bloco B, Lote 120, Ed. Victória, 1º andar, sala 104 – Brasília/DF – CEP 70713-020.

PARÁGRAFO TERCEIRO

As alterações de endereços e de número de telefone de quaisquer participes deverão ser atualizadas regularmente no SICONV.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste **CONVÊNIO** no Diário Oficial da União será providenciada pelo **CONCEDENTE** até vinte dias a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

As causas e conflitos oriundos do presente **CONVÊNIO**, não resolvidos entre os participes com prévia tentativa de solução administrativa com participação da Advocacia-Geral da União, serão processados e julgados originariamente pela Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, em conformidade com o inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO

Na ocorrência de conflitos entre os participes do instrumento, serão submetidos previamente à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal, nos termos do inciso III do art. 18 do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010.

E por estarem acordes, o **CONCEDENTE** e o **CONVENENTE** firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional	JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA Secretário de Estado da Justiça e Cidadania do Distrito Federal
---	--



Documento assinado eletronicamente por **Valdirene Daufemback, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional – Substituto(a)**, em 31/12/2015, às 11:27, conforme o § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200/01.



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, Usuário Externo**, em 31/12/2015, às 11:46, conforme o § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200/01.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **1645975** e o código CRC **7CC93CF4**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.

PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 33304143, Vigência: 28/12/2015 a 28/12/2017, Data de Assinatura: 28/12/2015, Signatários: Concedente: RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO CPF nº 164.221.648-82, Convenente: ADA LILI FARACO DE LUCA CPF nº 226.271.111-91, Interveniente: JOAO RAIMUNDO COLOMBO CPF nº 295.684.209-91.

Espécie: Convênio Nº 822659/2015, Nº Processo: 08016009417201565, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: SECRETARIA DA JUSTICA E CIDADANIA DO ESTADO DO CEARA CNPJ nº 07954530000118, Interveniente: ESTADO DO CEARA CNPJ nº 07954480000179, Objeto: Projeto de Ampliação da Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes., Valor Total: R\$ 312.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 8.049,96, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 69.036,71; 2017 - R\$ 234.913,33, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800152, Valor: R\$ 68.858,38, PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 44304209; Num Empenho: 2015NE800151, Valor: R\$ 178,33, PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 33304109, Vigência: 28/12/2015 a 28/12/2017, Data de Assinatura: 28/12/2015, Signatários: Concedente: RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO CPF nº 164.221.648-82, Convenente: HELIO DAS CHAGAS LEITAO NETO CPF nº 425.781.673-20, Interveniente: CAMILO SOBREIRA DE SANTANA CPF nº 289.585.273-15.

Espécie: Convênio Nº 824548/2015, Nº Processo: 08016009433201558, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL DE MINAS GERAIS CNPJ nº 05487631000109, Interveniente: SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO CNPJ nº 05475103000121, Objeto: Projeto de Ampliação da Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes., Valor Total: R\$ 998.008,63, Valor de Contrapartida: R\$ 50.670,60, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 947.338,03, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800168, Valor: R\$ 532.956,74, PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0180309070, ND: 44304223; Num Empenho: 2015NE800167, Valor: R\$ 414.381,29, PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 33304123, Vigência: 28/12/2015 a 28/12/2017, Data de Assinatura: 28/12/2015, Signatários: Concedente: RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO CPF nº 164.221.648-82, Convenente: BERNARDO DE VASCONCELLOS MOREIRA CPF nº 913.289.186-53, Interveniente: ODAIR JOSE DA CUNHA CPF nº 948.923.936-49.

Espécie: Convênio Nº 822677/2015, Nº Processo: 0801601156201515, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL DE MINAS GERAIS CNPJ nº 05487631000109, Interveniente: SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO CNPJ nº 05475103000121, Objeto: Projeto de Aparelhamento de 136 Unidades Básicas de Saúde no Sistema Prisional do Estado de Minas Gerais, Valor Total: R\$ 5.948.235,15, Valor de Contrapartida: R\$ 121.360,38, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 300.000,00; 2016 - R\$ 5.526.874,77, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800117, Valor: R\$ 300.000,00, PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 44304223, Vigência: 28/12/2015 a 28/12/2017, Data de Assinatura: 28/12/2015, Signatários: Concedente: RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO CPF nº 164.221.648-82, Convenente: BERNARDO DE VASCONCELLOS MOREIRA CPF nº 913.289.186-53, Interveniente: ODAIR JOSE DA CUNHA CPF nº 948.923.936-49.

Espécie: Convênio Nº 822743/2015, Nº Processo: 08016009422201578, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA E CIDADANIA CNPJ nº 08685528000153, Objeto: Projeto de Ampliação da Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes., Valor Total: R\$ 6.468.443,04, Valor de Contrapartida: R\$ 180.800,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 4.875.613,61; 2016 - R\$ 861.226,41; 2017 - R\$ 550.803,02, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800176, Valor: R\$ 273.409,87, PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0180309070, ND: 44304211; Num Empenho: 2015NE800175, Valor: R\$ 3.163.590,13, PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 44304211; Num Empenho: 2015NE800174, Valor: R\$ 925.000,00, PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 33304111; Num Empenho: 2015NE800171, Valor: R\$ 13.613,61, PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 33304111, Vigência: 31/12/2015 a 31/12/2017, Data de Assinatura: 31/12/2015, Signatários: Concedente: RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO CPF nº 164.221.648-82, Convenente: JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA CPF nº 059.923.112-20.

Espécie: Convênio Nº 822632/2015, Nº Processo: 08016009424201567, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA CNPJ nº 01409606000148, Interveniente: GOIAS GOVERNO DO ESTADO CNPJ nº 01409580000138, Objeto: Projeto de Ampliação da Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes., Valor Total: R\$ 1.334.597,22, Valor de Contrapartida: R\$ 34.366,10, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 1.063.076,58; 2017 - R\$ 237.154,54, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800158, Valor: R\$ 564.004,36, PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 33304115; Num Empenho: 2015NE800085, Valor: R\$ 499.072,22, PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 44304215, Vigência: 28/12/2015 a 28/12/2017, Data de Assinatura: 28/12/2015, Signatários: Concedente: RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO CPF nº 164.221.648-82,

Convenente: JOAQUIM CLAUDIO FIGUEIREDO MESQUITA CPF nº 007.306.496-36, Interveniente: MARCONI FERREIRA PERILLO JUNIOR CPF nº 035.538.218-09.

Espécie: Convênio Nº 822674/2015, Nº Processo: 08016009434201501, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: AGENCIA ESTADUAL DE ADMINISTRACAO DO SISTEMA PENITENCIARIO CNPJ nº 03983632000100, Interveniente: ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL CNPJ nº 15412257000128, Objeto: Projeto de Ampliação da Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes., Valor Total: R\$ 751.025,39, Valor de Contrapartida: R\$ 18.791,30, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 732.234,09, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800092, Valor: R\$ 24.087,49, PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 33304121; Num Empenho: 2015NE800093, Valor: R\$ 476.402,87, PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0180309070, ND: 33304121; Num Empenho: 2015NE800094, Valor: R\$ 231.743,73, PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 44304221, Vigência: 28/12/2015 a 28/12/2017, Data de Assinatura: 28/12/2015, Signatários: Concedente: RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO CPF nº 164.221.648-82, Convenente: AILTON STROPA GARCIA CPF nº 705.969.138-34, Interveniente: REINALDO AZAMBUJA SILVA CPF nº 286.339.381-20.

Espécie: Convênio Nº 822255/2015, Nº Processo: 08016013003201531, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL DE MINAS GERAIS CNPJ nº 05487631000109, Interveniente: SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO CNPJ nº 05475103000121, Objeto: Implantação de Centros Integrados de Alternativas Penais., Valor Total: R\$ 7.795.602,73, Valor de Contrapartida: R\$ 389.780,10, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 2.405.822,63; 2016 - R\$ 5.000.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800088, Valor: R\$ 2.253.787,50, PTRES: 090067, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 33304123; Num Empenho: 2015NE800089, Valor: R\$ 152.035,13, PTRES: 090067, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 44304223, Vigência: 30/12/2015 a 30/12/2018, Data de Assinatura: 30/12/2015, Signatários: Concedente: RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO CPF nº 164.221.648-82, Convenente: NESTOR DUARTE GUIMARAES NETO CPF nº 110.289.805-82.

Espécie: Convênio Nº 822255/2015, Nº Processo: 08016013179201592, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA E RESSOCIALIZACAO - SEAP CNPJ nº 13699404000167, Objeto: Implantação da Central Integrada de Alternativas Penais no Estado da Bahia., Valor Total: R\$ 2.354.662,30, Valor de Contrapartida: R\$ 60.349,61, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 2.294.312,69, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800068, Valor: R\$ 2.272.074,66, PTRES: 090067, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 33304107; Num Empenho: 2015NE800069, Valor: R\$ 22.238,03, PTRES: 090067, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 44304207, Vigência: 30/12/2015 a 29/12/2017, Data de Assinatura: 29/12/2015, Signatários: Concedente: RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO CPF nº 164.221.648-82, Convenente: NESTOR DUARTE GUIMARAES NETO CPF nº 110.289.805-82.

Espécie: Convênio Nº 824210/2015, Nº Processo: 08016009415201576, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA E RESSOCIALIZACAO - SEAP CNPJ nº 13699404000167,

Objeto: Projeto de Ampliação da Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes., Valor Total: R\$ 581.770,36, Valor de Contrapartida: R\$ 14.598,44, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 286.802,60; 2017 - R\$ 280.369,32, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800142, Valor: R\$ 267.986,23, PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 44304207; Num Empenho: 2015NE800141, Valor: R\$ 18.816,37, PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 33304107, Vigência: 28/12/2015 a 28/12/2017, Data de Assinatura: 28/12/2015, Signatários: Concedente: RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO CPF nº 164.221.648-82, Convenente: NESTOR DUARTE GUIMARAES NETO CPF nº 110.289.805-82.

Espécie: Convênio Nº 822104/2015, Nº Processo: 08016011694201538, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA CNPJ nº 36388023000162, Objeto: O projeto de aparelhamento de 19 Unidades Básicas de Saúde no Estado do Espírito Santo/ES., Valor Total: R\$ 1.068.174,81, Valor de Contrapartida: R\$ 21.363,49, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 1.046.811,32, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800056, Valor: R\$ 1.046.811,32, PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 44304213, Vigência: 28/12/2015 a 28/12/2017, Data de Assinatura: 28/12/2015, Signatários: Concedente: RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO CPF nº 164.221.648-82, Convenente: EUGENIO COUTINHO RICAS CPF nº 002.356.716-30.

Espécie: Convênio Nº 822248/2015, Nº Processo: 080160115320201508, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: ESTADO DO MARANHAO - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA E DA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA CNPJ nº 13127340000120, Objeto: Aparelhar 04 (quatro) unidades de saúde prisional, no município de Pinheiro, São Luís, Timon e Imperatriz, criando condições favoráveis para a oferta da atenção primária à saúde da população custodiada em estabelecimentos penais que carecerem de tais serviços, em cumprimento da Portaria Interministerial nº. 01, de 2014, e possibilitando a organização e o fortalecimento de serviços assistenciais integrais e resolutivos., Valor Total: R\$ 544.327,89, Valor de Contrapartida: R\$ 544,33, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 543.783,56, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800066, Valor: R\$ 543.783,56, PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 44304217, Vigência: 28/12/2015 a 28/12/2017, Data de Assinatura: 28/12/2015, Signatários: Concedente: RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO CPF nº 164.221.648-82, Convenente: MURILO ANDRADE DE OLIVEIRA CPF nº 976.346.386-68.

Espécie: Convênio Nº 823775/2015, Nº Processo: 08016013450201590, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: ESTADO DO MARANHAO - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA E DA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA CNPJ nº 13127340000120, Objeto: Implantação da Central Integrada de Alternativas Penais no Estado do Maranhão., Valor Total: R\$ 2.695.670,11, Valor de Contrapartida: R\$ 67.391,76, Valor a ser trans-

**DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS
COORDENAÇÃO-GERAL DO FUNDO
PENITENCIÁRIO NACIONAL
COORDENAÇÃO DE ANÁLISE
E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS
DIVISÃO DE FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS**

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Espécie: Convênio Nº 822275/2015, Nº Processo: 08016011632201526, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA E RESSOCIALIZACAO - SEAP CNPJ nº 13699404000167, Objeto: Aparelhamento de 7 (sete) Unidades Básicas de Saúde das Unidades Prisionais do Estado da Bahia., Valor Total: R\$ 506.008,22, Valor de Contrapartida: R\$ 506,08, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 505.502,14, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800064, Valor: R\$ 505.502,14, PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 44304207, Vigência: 29/12/2015 a 29/12/2017, Data de Assinatura: 29/12/2015, Signatários: Concedente: RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO CPF nº 164.221.648-82, Convenente: NESTOR DUARTE GUIMARAES NETO CPF nº 110.289.805-82.

Espécie: Convênio Nº 822264/2015, Nº Processo: 08016013179201592, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA E RESSOCIALIZACAO - SEAP CNPJ nº 13699404000167, Objeto: Projeto de Ampliação da Capacitação Profissional e Implantação da Central Integrada de Alternativas Penais no Estado da Bahia., Valor Total: R\$ 2.354.662,30, Valor de Contrapartida: R\$ 60.349,61, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 2.294.312,69, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800068, Valor: R\$ 2.272.074,66, PTRES: 090067, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 33304107; Num Empenho: 2015NE800069, Valor: R\$ 22.238,03, PTRES: 090067, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 44304207, Vigência: 30/12/2015 a 30/12/2018, Data de Assinatura: 30/12/2015, Signatários: Concedente: JOSE EDUARDO MARTINS CARDozo CPF nº 021.604.318-26, Convenente: NESTOR DUARTE GUIMARAES NETO CPF nº 110.289.805-82.

Espécie: Convênio Nº 824210/2015, Nº Processo: 08016009415201576, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: SECRETARIA DE ADMINISTRACAO PENITENCIARIA E RESSOCIALIZACAO - SEAP CNPJ nº 13699404000167, Objeto: Projeto de Ampliação da Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes., Valor Total: R\$ 581.770,36, Valor de Contrapartida: R\$ 14.598,44, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 286.802,60; 2017 - R\$ 280.369,32, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800142, Valor: R\$ 267.986,23, PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 44304213, Vigência: 28/12/2015 a 28/12/2017, Data de Assinatura: 28/12/2015, Signatários: Concedente: RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO CPF nº 164.221.648-82, Convenente: NESTOR DUARTE GUIMARAES NETO CPF nº 110.289.805-82.

Espécie: Convênio Nº 822104/2015, Nº Processo: 08016011694201538, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA CNPJ nº 36388023000162, Objeto: O projeto de aparelhamento de 19 Unidades Básicas de Saúde no Estado do Espírito Santo/ES., Valor Total: R\$ 1.068.174,81, Valor de Contrapartida: R\$ 21.363,49, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2015 - R\$ 1.046.811,32, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2015NE800056, Valor: R\$ 1.046.811,32, PTRES: 090063, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 44304213, Vigência: 28/12/2015 a 28/12/2017, Data de Assinatura: 28/12/2015, Signatários: Concedente: RENATO CAMPOS PINTO DE VITTO CPF nº 164.221.648-82, Convenente: EUGENIO COUTINHO RICAS CPF nº 002.356.716-30.

Espécie: Convênio Nº 822248/2015, Nº Processo: 080160115320201508, Concedente: MINISTERIO DA JUSTICA, Convenente: ESTADO DO MARANHAO - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA E DA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA CNPJ nº 13127340000120, Objeto: Aparelhar 04 (quatro) unidades de saúde prisional, no município de Pinheiro, São Luís, Timon e Imperatriz, criando condições favoráveis para a oferta da atenção primária à saúde da população custodiada em estabelecimentos penais que carecerem de tais serviços, em cumprimento da Portaria Inter

Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado de Alagoas, gestão de crédito da 5ª SR, conforme nota de empenho nº. 2017NE800007, emitida em 26/06/2017 e R\$ 475,48 (quatrocentos e setenta e cinco reais) a contrapartida do Convenente. VIGÊNCIA: Será de 02 (dois) anos, contados a partir da data da assinatura do presente instrumento. DATA DA ASSINATURA: 25/08/2017. AS-SINAM: Pela Concedente CODEVASF, Antônio Nélson Oliveira de Azevedo, Superintende Regional da 5ª SR, CPF nº 163.923.104-87, pelo Convenente, Município de Piaçabuçu/AL-Djalma Guttemberg S. Breda, Prefeito, CPF nº 222.811.424-34. Processo nº 59550.000227/2017-28.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS COORDENADORIA ESTADUAL NO CEARÁ

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Termo Aditivo Nº 2/2017 publicado no D.O. de 20/07/2017, Seção 3, Pág. 138. Onde se lê: Valor R\$ 309.263,35 Leia-se : Valor R\$ 10.391,75

(SICON - 05/09/2017) 193003-11203-2017NE800029

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2017 - UASG 533013

Nº Processo: 59004004062017-51 . Objeto: Patrocínio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM ao "2º Festival da Farinha de Cruzeiro do Sul AC", a ser concedido a Prefeitura Municipal Cruzeiro do Sul AC, período de 28 de setembro a 01 de outubro de 2017. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Impossibilidade fática de competição. Declaração de Inexigibilidade em 04/09/2017. MARGARETH DOS SANTOS ABDON. Diretora de Administração. Ratificação em 05/09/2017. PAULO ROBERTO CORREIA DA SILVA. Superintendente. Valor Global: R\$ 30.000,00. CNPJ CONTRATADA : 04.012.548/0001-02 MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL.

(SIDEC - 05/09/2017) 533013-53202-2017NE800005

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

REGISTRADOR: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. ESPÉCIE:Ata de Registro de Preços nº 36; OBJETO: aquisição de Gêneros Alimentícios: Açúcar, item 2, especificado no anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 07/2017, Processo nº 59004/778/2016-05. DATA DE ASSINATURA: 29/08/2017. PRAZO DE VIGÊNCIA:12 (doze) meses, contados de sua assinatura.EMPRESA-VEDADADA: YLDEVANIA GOMES AGUIAR 81011113287-CNPJ nº 22.962.045/0001-80. VALOR TOTAL DA ATA:R\$ 74.025,00.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2017 - UASG 533018

Nº Processo: 59800000572201772. PREGAO SISPP Nº 2/2017. Contratante: SUPERINTENDENCIA DO -DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE. CNPJ Contratado: 25165749000110. Contratado : NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DEBENEFICIOS EIRELI -. Objeto: Prestação de Serviços de gestão de abastecimento de veículos, por intermédio de rede de postos de combustíveis credenciados, mediante a utilização de cartão eletrônico de várias bandeiras. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e demais leis correlatas. Vigência: 11/09/2017 a 10/09/2018. Valor Total: R\$172.695,52. Fonte: 100000000 - 2017NE800274. Data de Assinatura: 04/09/2017.

(SICON - 05/09/2017) 533018-53207-2017NE800275

Ministério da Justiça e Segurança Pública

SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE REABERTURA DE PRAZO PREGÃO Nº 6/2017

Comunicamos a reabertura da licitação supracitada, publicada no D.O.U de 11/08/2017 .Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação, em grupo único, de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva em 11 (onze) equipamentos de transporte vertical (sendo 9 elevadores, 1 monta-carga e 1 plataforma) com fornecimento de peças, para atender os serviços solicitados no Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP, em Brasília DFEntrega das Propostas: a partir de 11/08/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 13/09/2017, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

HALISSON LUCIANO CHAVES AYRES DA FONSECA
Pregoeiro

(SIDEC - 05/09/2017) 200005-00001-2017NE800009

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/2017 UASG 303001

Nº Processo: 08700003532201770.

PREGÃO SISPP Nº 7/2017. Contratante: CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA-ECONOMICA-CADE. CNPJ Contratado: 10629386000159. Contratado : OVER ELEVADORES LTDA - ME -.Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de reposição imediata, insumos, peças e componentes genuínos dos respectivos fabricantes, para 4 (quatro) elevadores marca Atlas Schindler, instalados no edifício sede do Cade. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 . Vigência: 04/09/2017 a 04/09/2018. Valor Total: R\$34.268,00. Fonte: 150303001 - 2017NE800270 Fonte: 150303001 - 2017NE800271. Data de Assinatura: 04/09/2017.

(SICON - 05/09/2017) 303001-30211-2017NE800003

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

EDITAIS DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

Nº 282. Nos termos do art. 53, § 2º, da Lei nº 12.529/2011, dá-se publicidade ao seguinte ato de concentração: Ato de Concentração nº 08700.005389/2017-51. Requerentes: Azelis Australia PTY LTD e Chemcolour Industries (NZ) Limited. Advogados: Vivian Anne Fraga do Nascimento Arruda, Venicio Pereira e outros. Natureza da operação: aquisição de controle. Setor econômico envolvido: produtos químicos especiais.

Nº 283. Nos termos do art. 53, § 2º, da Lei nº 12.529/2011, dá-se publicidade ao seguinte ato de concentração: Ato de Concentração nº 08700.005396/2017-52. Requerentes: Duratex S.A., Cerâmica Urussanga S.A. e Massima Revestimentos Cerâmicos Ltda. Advogados: Bárbara Rosenberg, Marcos Exposto, Amanda Fabbri Barelli e outros. Natureza da operação: aquisição de controle. Setor econômico envolvido: revestimentos cerâmicos.

KENYS MENEZES MACHADO
Superintendente-Geral Adjunto

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL DIRETORIA DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2017 ao Convênio Nº 822743/2015. Convenentes: Concedente : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200324, Gestão: 00001. Convenente : SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDER, CNPJ nº 00.394.718/0001-00. PI.127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: R\$ 6.468.443,04, Valor de Contrapartida: R\$ 180.800,00, Vigência: 31/12/2015 a 10/07/2018. Data de Assinatura: 12/07/2017. Assina : Pelo MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA / MARCO ANTONIO SEVERO SILVA- DIRETOR GERAL.

(SICON(PORTAL) - 05/09/2017)

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 9/2017 UASG 200380

Processo: 08220007178201755 . Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação dos serviços continuados de transporte aéreo não regular para os trechos Rio Branco/Santa Rosa do Purus (AC) e Santa Rosa do Purus/Rio Branco (AC), visando atender às necessidades de deslocamento de pessoas relacionadas à Polícia Federal do Estado do Acre, conforme especificações, condições e quantitativas constantes no Edital e seus anexos. Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 06/09/2017 de 08h00 às 11h30 e de 13h30 às 17h30. Endereço: Rodovia Br 364, Nr 3501 Portal da Amazônia - RIO BRANCO - AC ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/200380-05-9-2017. Entrega das Propostas: a partir de 06/09/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/09/2017 às 10h30 no site www.comprasnet.gov.br.

ROSSICLEIA FERREIRA CAMPOS
Pregoeira

(SIDEC - 05/09/2017) 200380-00001-2017NE800014

DIRETORIA EXECUTIVA COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 3.659, DE 14 DE AGOSTO DE 2017

O Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada notifica a empresa PALESTRA ESPORTE CLUBE, CNPJ Nº 51.858.322/0001-07, ou seus representantes legais, por não ter tomado ciência da notificação, para que apresente defesa nos autos do Processo Punitivo no. 2017/5933, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital, sob pena de continuidade do processo independentemente da apresentação da defesa.

Processo Punitivo no. 2017/53360, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital, sob pena de continuidade do processo independentemente da apresentação da defesa.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 4.079, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

O Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada notifica a empresa GMSP Vigilância Patrimonial Eireli - EPPP, CNPJ Nº 23.341.588/0002-23, ou seus representantes legais, por não ter tomado ciência da notificação, para que apresente defesa nos autos do Processo Punitivo no. 2017/57508, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital, sob pena de continuidade do processo independentemente da apresentação da defesa.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 3.660, DE 14 DE AGOSTO DE 2017

O Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada notifica a empresa RORAM SEGURANÇA PRIVADA LTDA - EPP, CNPJ Nº 19.329.939/0001-22, ou seus representantes legais, por não ter tomado ciência da notificação, para que apresente defesa nos autos do Processo Punitivo no. 2017/53427, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital, sob pena de continuidade do processo independentemente da apresentação da defesa.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 3.661, DE 14 DE AGOSTO DE 2017

O Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada notifica a empresa MGA Vigilância e Segurança Patrimonial Ltda - EPP, CNPJ Nº 10.926.135/0001-36, ou seus representantes legais, por não ter tomado ciência da notificação, para que apresente defesa nos autos do Processo Punitivo no. 2017/53876, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital, sob pena de continuidade do processo independentemente da apresentação da defesa.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 4.076, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

O Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada notifica a empresa HBS VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ Nº 07.613.468/0001-09, ou seus representantes legais, por não ter tomado ciência da notificação, para que apresente defesa nos autos do Processo Punitivo no. 2017/54184, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital, sob pena de continuidade do processo independentemente da apresentação da defesa.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 4.077, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

O Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada notifica a empresa BRASIL SEGURANÇA DE VALORES EIRELI, CNPJ Nº 07.249.612/0001-61, ou seus representantes legais, por não ter tomado ciência da notificação, para que apresente defesa nos autos do Processo Punitivo no. 2017/54358, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital, sob pena de continuidade do processo independentemente da apresentação da defesa.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 4.078, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

O Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada notifica a empresa BRASIL SEGURANÇA DE VALORES EIRELI, CNPJ Nº 07.249.612/0001-61, ou seus representantes legais, por não ter tomado ciência da notificação, para que apresente defesa nos autos do Processo Punitivo no. 2017/54378, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital, sob pena de continuidade do processo independentemente da apresentação da defesa.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 4.084, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

O Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada notifica a empresa ALFASEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ Nº 06.029.385/0002-87, ou seus representantes legais, por não ter tomado ciência da notificação, para que apresente defesa nos autos do Processo Punitivo no. 2017/59331, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital, sob pena de continuidade do processo independentemente da apresentação da defesa.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 4.085, DE 5 DE SETEMBRO DE 2017

O Coordenador-Geral de Controle de Segurança Privada notifica a empresa ALFASEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ Nº 06.029.385/0002-87, ou seus representantes legais, por não ter tomado ciência da notificação, para que apresente defesa nos autos do Processo Punitivo no. 2017/59338, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital, sob pena de continuidade do processo independentemente da apresentação da defesa.

CARLOS ROGERIO FERREIRA COTA